

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia PODER JUDICIÁRIO SEGUNDA TURMA
RECURSAL – PROJUDI PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01,
SALVADOR – BA ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br – Tel.: 71
3372-7460 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA 2ª TURMA
RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS PROCESSO Nº:
0002123-55.2021.8.05.0022 RECORRENTE: GETULIO VARGAS GOMES DA FONSECA
FILHO RECORRIDO: HIPERNOTICIAS COMUNICACAO LTDA RELATORA: JUÍZA MARIA
LÚCIA COELHO MATOS RECURSO INOMINADO. CÍVEL. MATÉRIA JORNALÍSTICA.
ALEGAÇÃO AUTURAL DE OCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS DECORRENTES DE REPORTAGEM
JORNALÍSTICA VINCULANDO SEU NOME À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE TERIA
COMETIDO VÁRIOS CRIMES. DEFESA PAUTADA NA AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO, TENDO A
NOTÍCIA DIVULGADA EM CONTEÚDO MERAMENTE INFORMATIVO, IMPARCIAL E DE
INTERESSE PÚBLICO. LIBERDADE DE IMPRENSA. GARANTIA CONSTITUCIONAL.
INEXISTÊNCIA DE ABUSO DE DIREITO OU MÁ-FÉ. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS,
ANTE A AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS. IMPROCEDÊNCIA DO
PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 46 da lei n.º 9.099/95. Trata-
se de recurso inominado interposto em face da sentença prolatada nos
seguintes termos, transcritos in verbis: Em face do exposto, decreto os
efeitos da revelia, em face de CR COMUNICACAO E ASSESSORIA LTDA, rejeito
as preliminares suscitadas e JULGO IMPROCEDENTE os pedidos veiculados aos
processos de n.º 0001303-36.2021.8.05.0022, 0001341-48.2021.8.05.0022,
0001342-33.2021.8.05.0022 e 0002123-55.2021.8.05.0022. Presentes as
condições de admissibilidade do recurso, dele conheço. V O T O: A
sentença hostilizada não demanda reparos, merecendo confirmação pelos seus
próprios fundamentos, servindo de acórdão a súmula do julgamento, conforme
determinação expressa do art. 46 da Lei nº 9.099/95: O julgamento em
segunda instância constará apenas da ata, com indicação suficiente do
processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for
confirmada pelos seus próprios fundamentos, a súmula de julgamento servirá
de acórdão. Pelas razões expostas e tudo mais constante dos autos,
voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, para manter a sentença
fustigada pelos seus próprios fundamentos, condenando a recorrente ao
pagamento de custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em
20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa a
exigibilidade do pagamento pela parte autora, pelo prazo de 05 (cinco)
anos, nos termos do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. MARIA LÚCIA
COELHO MATOS JUÍZA RELATORA